

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

13.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2020-2022)

17.dezembro.2022
09:30h, Lisboa - SRLVT

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (AdD), em sessão ordinária, pelas nove horas e trinta minutos, na sede da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em Lisboa, presencialmente e por meios telemáticos, para a realização da 13.ª reunião e da 4.ª descentralizada, do presente mandato.

Participaram na reunião

- a) Presencialmente: Adriana Floret, Ana Nascimento, Carlos Antunes, Fátima Matos, Ivo Oliveira, João Fagulha, José Martinez, Leonor Cintra Gomes, Lia Ferreira, Luís Oliveira, Maria Manuel Oliveira, Manuel Rosa, Manuel Ferreira, Marta Falcão, Paulo Pardelha, Paulo Seródio e Patrícia Barbas (em substituição de João Belo Rodeia).
- b) Por “zoom”, tendo apresentado justificação de acordo com o artigo 7.º do Regimento: Décio Ferreira, Francisco Domingos, Igor França, José Luís Fernandes, Luís Miguel Correia, Luís Tristão, Nuno Freitas, Patrícia Fernandes Rocha e Telmo Cruz.
- c) Não estiveram presentes: Lino Paixão (justificou a ausência) e Carlos Veloso.

Foram convidados e estiveram presentes: Helena Botelho, Presidente do Conselho Diretivo Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CDR-LVT); Carla Lima Vieira, Secretário do CDN e responsável pela CT-Sustentabilidade; Ricardo Camacho, Coordenador da CT-Sustentabilidade; Ana Maio e Rui Serrano, vogais do CDN e responsáveis pelo GT Observatório da Profissão.

Estiveram também presentes o assessor jurídico da AdD, Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo da reunião Fátima Marques.

Ordem de trabalhos:

1. Boas-vindas pela Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional de LVT, Arqª. Helena Botelho;
2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse.
3. Aprovação da ata da 12.ª reunião da AdD, realizada em 24 de setembro;
4. Apreciação e votação da Proposta de clarificação ao Regimento da AdD;
5. Apresentação do trabalho desenvolvido na Comissão Técnica Sustentabilidade;
6. Participação da AdD no 16.º Congresso da OA;
7. Outros assuntos.
- Apresentação dos resultados preliminares do Inquérito à Profissão.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados (AdD), Maria Manuel Oliveira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 9 horas e 45 minutos, agradecendo a presença de todos e solicitando a autorização para gravação da reunião, para efeitos de elaboração da ata, como é usual, o que mereceu a concordância de todos. Seguidamente cumprimentou em especial a Presidente do CDR-LVT, Helena Botelho, a quem agradeceu o convite para a realização da quarta sessão descentralizada da AdD, na sua Sede, bem como todo o esforço e programa preparado para esta Secção, passando-lhe de seguida a palavra.

Ponto 1. Boas vindas pela Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Helena Botelho.

Helena Botelho saudou os presentes, manifestando a sua satisfação por terem aceite o convite para estarem presentes nesta SR. Destacou que, com esta iniciativa, a AdD reforça a descentralização da AO, considerando importante esta ligação dos Delegados a todas as regiões, permitindo assim um contacto mais pessoal e direto. Deu algumas informações sobre os trabalhos em curso na SR-LVT, destacando estarem especialmente empenhados no tema da Encomenda/Concursos, tendo produzido os primeiros 3 Cadernos sobre esta temática, onde constam os trabalhos de diversos arquitetos portugueses, sendo um meio de divulgação e também de valorização da assessoria da Ordem. Informou que oferecia aos Delegados esses 3 Cadernos. Destacou também a exposição/instalação “Centenários 22” a decorrer na Galeria, assinalando o centenário de nascimento dos arquitetos Cândido Palma de Melo, Francisco Conceição Silva, Manuel Tainha, Nuno Teotónio Pereira, Sebastião Formosinho Sanchez e Victor Palla. Terminou convidando todos os delegados para um almoço-convívio no MAAT, seguido de uma visita às exposições a decorrer no MAAT e no Museu de Eletricidade.

A Presidente da Mesa da AdD agradeceu as palavras da Presidente do CDR-LVT, que se retirou da sessão.

Ponto 2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse

Maria Manuel Oliveira referiu que para este ponto não tinha havido qualquer pedido de inscrição de assuntos, por parte dos delegados, tendo a Mesa algumas informações a partilhar:

- a realização do Encontro Internacional da Acessibilidade, no Porto, no dia 22 de novembro, tendo a informação, sido dada por Ivo Oliveira, que participou em representação da AdD. Ivo Oliveira informou que o Encontro, organizado pelo CDN e CTA, contou com uma grande afluência de participantes e interessados, sendo um dos eventos realizados na SRN, com uma das maiores participações dos últimos anos. Todo o encontro tinha sido particularmente interessante e contado com a presença de um membro do GT “Architecture for All” da UIA, e apresentação de diversos projetos nesta área, pelos seus autores, para além de uma reflexão e discussão sobre o DL 163/06;
- sobre a realização do 2.º Encontro Nacional – Arquitetos na Administração Pública, realizado em Lisboa, a 30 de novembro, Leonor Cintra Gomes informou ter participado por ter sido funcionária pública e ter colaborado na preparação do 1.º encontro, organizado pela OA, há 20 anos. Abordou a forma como tinha sido organizado e decorrido o Encontro, destacando algumas intervenções e referiu ter sido também muito participado. Igualmente informou que no site da OA estão, além da gravação deste Encontro com todas as intervenções, as conclusões, sendo que valia a pena consultar;
- a Presidente da Mesa referiu ainda ter sido publicado o diploma que alterou o CCP, apesar das posições enunciadas pela OA, um diploma bastante complexo em relação à prática disciplinar, considerando que poderiam ter mais informação sobre esta nova legislação no site;
- para terminar a Presidente referiu a assinatura, por 10 entidades, do Memorando de Entendimento para a Uniformização de Procedimentos Administrativos em Operações Urbanísticas, realizado no LNEC a 13 de dezembro. Explicou que este assunto está absolutamente na ordem do dia e foi uma iniciativa da OA, sendo o início de um caminho que pode e deve ser aberto e trabalhado, para a inclusão de todos os arquitetos, e também para os que trabalham na função pública e que são muito relevantes no exercício da profissão.

Finalizado o período de informações, passou-se ao ponto seguinte.

Ponto 3. Aprovação da ata da 12.ª reunião da AdD, realizada em 24 Setembro

A **Presidente da Mesa** explicou que não tinha sido enviado, por parte dos Delegados e no tempo dado para esse fim, qualquer tipo de comentário ou correção à proposta de Ata da 12.ª reunião da AdD, realizada no Funchal, e deste modo foi colocada à votação a Ata, tendo sido aprovada por Maioria com os seguintes votos:

A favor - 21

Contra – 1 - de Lia Ferreira, que apresentará uma declaração de voto

Abstenções - 3 (as abstenções foram de delegados que não estiveram presentes na reunião)

(nesta votação estavam presentes na reunião 25 delegados). Após esta votação Manuel V. Ferreira entrou na reunião.

Lia Ferreira pediu a palavra para informar da sua declaração de voto, por considerar que no ponto 6. da referida Ata foram feitas considerações opinativas sobre as entidades governativas que ultrapassavam os limites da urbanidade, em nada contribuindo para a reflexão profícua do tema em análise e não se encontrando vertidos na ata. Manifestou ainda que teria sido importante ouvir as explanações sobre as regras e constrangimentos que Portugal enfrentava, impostos pela Comissão Europeia, e que teriam feito compreender melhor a proposta legislativa nacional que se encontrava à discussão, o que teria sido fundamental para melhor aferir e reagir à proposta. Referiu que foram igualmente feitas referências à sua intervenção, que comprometiam o bom exercício dos trabalhos, não retratavam o sentido real e feriam a sua honra. Era, sem dúvida, contra os princípios da democracia, pelo que todos estes motivos expostos – *“Vota contra uma ata que não retrata de todo o sentido da sua intervenção e vota contra uma ata que não é isenta, promove as divisões internas, e fere a sua honra enquanto membro desta AdD.”*

Maria Manuel Oliveira salientou que a Mesa da AdD enviava a proposta de Ata aos membros, dando um período de tempo aos Delegados para se pronunciarem e enviarem os seus comentários e observações. Tal não tinha acontecido, vindo só agora e fora de tempo, apresentar os comentários e fazer declarações, que ficarão registadas. Terminou agradecendo e passou ao ponto seguinte.

Ponto 4 . Apreciação e votação da Proposta de Clarificação ao Regimento da AdD

Neste ponto, a **Presidente** solicitou a Leonor Cintra Gomes e Bernardo Pinheiro que fizessem a apresentação do documento por eles elaborado (anexo a esta ata), e enviado para todos, sobre a Clarificação do Regimento, tal como acordado na anterior reunião.

Leonor Cintra Gomes, tomou a palavra e, baseada no citado documento, descreveu as alterações propostas nos artigos: 5.º, sobre a Convocatória das reuniões, 7.º, sobre as Faltas e Substituições, e 12.º, sobre os procedimentos de elaboração das atas das reuniões.

Bernardo Pinheiro, sobre o artigo 5.º, esclareceu que era interessante, haver um acesso privilegiado para os delegados, onde estes poderiam consultar os documentos, de apoio às reuniões, sempre que, se assim o entendessem e ficando com um arquivo desses documentos.

Concluiu-se que a redação deste artigo seria: ***“a documentação de suporte das reuniões deve ser “enviada por via/correio eletrónica(o)”***.

Leonor Cintra Gomes, sobre o artigo 7.º, destacou a análise jurídica feita sobre os direitos e deveres de todos os delegados, afirmando que os delegados por inerência não podiam perder a qualidade de Presidente da Assembleia, por terem faltado, sem justificação, às reuniões da AdD. A esta Assembleia competiria declarar o facto e, noutras instâncias, ser analisado o assunto e promovidas as devidas diligências. Nos pontos 7. e 8., sobre

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



as reuniões via zoom e presenciais, defendeu que deveria ficar melhor explícito que a AdD privilegiava as reuniões presenciais, mas não deveria fechar a possibilidade de serem igualmente por via telemática. Neste caso a justificação deveria ser melhor fundamentada, propondo-se a alteração do ponto 8.

Maria Manuel Oliveira lembrou que por ano, só se realizavam 4 reuniões (ordinárias) e marcadas com grande antecedência, podendo e devendo assim privilegiar-se as reuniões presenciais. Considerou que se deveria incluir na redação do regimento que, em caso de impossibilidade de realizar a reunião, via telemática, por alguma razão de ordem técnica, não deveria ficar comprometida a realização da reunião presencial.

Leonor Cintra Gomes, sobre artigo 12.º, lembrou que a Minuta da Ata (ata resumida) tem sido aprovada no final das reuniões, enviada aos Conselhos Diretivos Nacional e Regionais e colocada no site, nos 10 dias após a reunião. Sobre a proposta de Ata, que no regimento consta que deverá ser enviada aos membros para pronúncia, só tem sido remetida com a Convocatória.

Maria Manuel Oliveira esclareceu que enviar a proposta de ata alguns dias após a reunião não se tem conseguido fazer, ainda para mais com as gravações, sendo um processo complicado e lento. Considerou ainda que como se tem sido feito, enviar a Ata junto com a Convocatória, dando uns dias para correções, funcionava bem, por isso propunha suprimir este passo intermédio e combinar as alíneas b) e c) do n.º 1.

Depois destes esclarecimentos foi aberta a discussão aos Delegados.

Ana Nascimento concordou com exposto pela Presidente, até porque ata resumida era logo aprovada na própria reunião, ficando tudo relativamente esclarecido.

Décio Ferreira manifestou opinião contrária, por considerar importante que a proposta de ata seja enviada o quanto antes, após a reunião, de modo a que os assuntos discutidos ainda estivessem presentes na memória. Receber a Ata 2 a 3 meses após a discussão poderia dar azo a esquecimentos, não sendo assim a favor da junção das alíneas b) com o c).

Marta Falcão referiu que cada um deveria ser responsável, tomar notas dos assuntos discutidos, da sua preocupação, registando os que considerava importantes, concordando assim com a simplificação.

Maria Manuel Oliveira sugeriu que se votasse este procedimento, de só existirem dois passos, passando a proposta de ata a ser enviada com a convocatória.

Assim, foi colocada à votação o seguinte: relativamente ao artigo 12.º, sobre os procedimentos relativo às atas, que a proposta de ata fosse conjuntamente com a convocatória, fundindo assim as alíneas b) e c) do n.º 1, dada a prática que tem havido neste mandato, o que foi aprovado por Maioria, com a seguinte votação:

A favor - 24

Contra - 2 de Décio Ferreira e Lia Ferreira, que vão apresentar declaração de voto conjunta.

Abstenções - 0

(nesta votação estavam presentes na reunião 26 delegados,

A **Presidente**, após esta votação, constatando ser necessário elaborar a redação final deste artigo e não havendo tempo nesta reunião, informou que será elaborada uma versão final da Proposta a ser colocada à votação na próxima reunião.

Ivo Oliveira solicitou a palavra, dizendo ser defensor das reuniões presenciais, mas também concordava que com as novas tecnologias, a disposição poderia ter uma redação mais aberta, propondo no ponto 1. substituir "... não possa garantir a sua presença" por "... a sua participação...". Considerou ainda que os membros deveriam ser informados pela Mesa, com o envio da convocatória, se existia ou não a possibilidade da reunião ser realizada por

videoconferência, permitindo que o Delegado soubesse logo da possibilidade de participar, se presencialmente ou à distância, ou se teria que solicitar a sua substituição.

Bernardo Pinheiro explicou que no regimento referia-se que as reuniões eram presenciais. Se se escolhesse um modelo de reunião híbrido, teria de se alterar o regimento. Referiu ainda não ser muito comum o pedido de substituição em órgãos colegiais, mas sendo uma escolha desta AdD, entendeu que seria de manter.

Manuel Vieira pediu a palavra para expor uma situação sobre as reuniões telemáticas: gostaria que fosse solicitado parecer aos juristas da Ordem, no sentido de haver uma harmonização de procedimentos. Explicou que nas Assembleias da SRN, face ao parecer dos seus assessores jurídicos, quem estiver on-line não poderá intervir, nem votar, só assistir. Nesta Assembleia e noutras AR, podem votar e participar normalmente, criando assim uma situação dúbia, que gostaria de ver resolvida e em articulação nacional.

Lia Ferreira corroborou a posição do colega, pois não tinha estado presente fisicamente, em algumas das AR, pelo que não pôde intervir. Não tinha conhecimento de qualquer lei, que impedisse a intervenção e votação. Aproveitou para dizer que existiam Sedes que não tinham as acessibilidades necessárias, pelo que ela nunca poderia participar, e que este princípio da participação pelos membros terá de ser aplicado.

Manuel Rosa lembrou que nesta Assembleia tem havido votações por braço no ar e até as votações secretas conseguiam ser feitas através de uma aplicação do Google, sendo que considerava bastante estranho que não se pudesse intervir ou votar nas AR da SRN, não conhecendo qualquer impedimento legal.

Maria Manuel Oliveira referiu que fazia todo o sentido esta harmonização e iria ser feita uma recomendação ao CDN, para que haja uma harmonização de procedimentos na OA, nomeadamente sobre a participação em reuniões via telemática.

Leonor Cintra Gomes terminou a apresentação referindo que sobre o artigo 14.º - Comissões de acompanhamento e grupos de trabalho, a proposta de clarificação tinha ficado sem efeito, por recomendação de Bernardo Pinheiro.

Maria Manuel Oliveira, terminado este ponto e não havendo mais questões, concluiu informando que na próxima reunião será votada a redação final do regimento, relativa aos aspetos que foram hoje discutidos.

Ponto 5. Apresentação do trabalho desenvolvido na Comissão Técnica Sustentabilidade

A Presidente da mesa informou que tinha sido convidada a CT Sustentabilidade, tal como tinha sido convidada a CT Acessibilidades, para dar a conhecer os trabalhos efetuados, tanto mais que será o tema do 16.º Congresso. Apresentou os convidados Carla Lima Vieira, Ricardo Camacho e Telmo Cruz, agradecendo a sua presença e passando-lhes a palavra.

Carla Lima Vieira agradeceu o convite para vir apresentar o trabalho desta CT, dando uma breve explicação sobre a sua criação e da necessidade que tiveram logo de início para a sua criação. Sendo um tema muito abrangente, tinham proposto um leque de diversas pessoas e atividades. Mais referiu que esta Comissão tem sido de grande apoio ao CDN, visto que tiveram sempre muitas solicitações nesta área, com pedidos de pareceres e pronúncias solicitados pelo Governo. Paralelamente a CT tinha feito um trabalho contínuo e importante e que se encontrava a desenvolver uma reflexão sobre o Congresso.

Ricardo Camacho, coordenador desta CT, iniciou a sua apresentação, agradecendo o convite à AdD, e falou sobre o trabalho realizado, os documentos produzidos e todo o papel desta comissão. Referiu como foi importante, até para uma perspetiva diferente do trabalho desta CT, o discurso do Art.º Gonçalo Byrne que os motivou a terem uma atitude e uma abordagem, saindo da área profissional e das limitações disciplinares e alargando o âmbito da CT, à sociedade civil e a outros projetistas. Para a sua apresentação, partilhou um PowerPoint (em anexo a esta ata), e citou: *“os Arquitectos da construção eram muito lentos a aceitar a orientação ecológica dos Arquitectos*

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



paisagistas”. Mencionou o âmbito e a constituição da CT, enumerou algumas das atividades públicas havidas nestes últimos meses, a ano e meio da sua criação. Referiu os pedidos de pareceres solicitados pelo Governo, assim como a elaboração/colaboração no Manifesto da OA para a UIA, a apresentar no Encontro a realizar em 2023, bem como diversas reuniões junto de diversas entidades CM, CAE, UIA. Informou também que tiveram igualmente a oportunidade de ver e analisar o que as outras Ordens internacionais se encontravam a fazer, junto do RIBA e outras entidades no Reino Unido, entre outras. Deu algumas explicações sobre a ideia da circularidade e a economia circular, desde a conceção, construção e duração do edifício e sobre a materialidade e impacto de diversos fatores na sustentabilidade. Referiu ainda o apoio dado às SR e aos membros sobre estes temas, nomeadamente ao nível da certificação energética. Referiu que colaboravam também com a CT Habitação e neste momento estavam a decorrer diversas reuniões preparatórias para o Congresso, baseadas nos trabalhos realizados e já enunciados e auscultando as opiniões e contributos de diversos intervenientes. Salientou que os documentos produzidos pela CT e outros trabalhos se encontram no site, onde podem ser consultados.

Deu ainda algumas explicações e informações sobre a sustentabilidade em Portugal e outros dados sobre o território. Para além das questões do território, a CT analisou, entre eles, a economia circular e de circularidade, sempre temas muito discutidos, e a forma como comunicar à sociedade estes temas. Finalizando, referiu que a ideia de edifícios e conforto eram ideias em que os arquitetos se deviam envolver, não se demitindo da frágil realidade ambiental em que nos encontrávamos, na procura de equilíbrio e de dimensão que era o âmbito das competências da arquitetura e dos arquitetos.

Telmo Cruz, delegado que integra esta CT, começou por salientar que, logo, no programa eleitoral o tema da Sustentabilidade ficou expresso e foi assumido e introduzido, como central. Deste modo o CDN veio a cristalizar e reformular uma CT de Sustentabilidade, sendo esta Comissão muito heterogénea, apesar de terem tentado ter na sua constituição diferentes áreas que não só a da arquitetura, mas sem sucesso. Assim percebeu-se como este tema era difuso e bastante vasto, tendo sido muito difícil, delimitar de alguma forma o que será a CT Sustentabilidade, pois era um tema que abarcava não só a arquitetura, mas trespassava várias áreas como as políticas, os comportamentos individuais, as visões que as indústrias podiam ter sobre as oportunidades. Comentou que houve muitas e intensas discussões sobre alguns dos temas, particularmente o da Diretiva, mas na prática, a sua matriz, estava muito centrada na condição da preservação da energia, e em algo que nunca tinha sido assumido nas diferentes Diretivas, anteriores, que era: como poderá a Arquitetura ter um papel importante na Sustentabilidade? Esta última definição sobre o tema para o Congresso apostava em algumas ideias relativamente simples, mas que não esgotavam o tema, apostando na ligação da duração com o sustentável. Estas “conclusões”, ainda que temporárias, tinham sido conseguidas com o trabalho realizado e através das entrevistas com diversas pessoas que foram ouvindo e interagindo. Destacou duas delas que eram “consequência e motor”, vencedores do Prémio Arquitetura Sustentabilidade e Inovação (Pedro Bandeira e Cecília Benedito). Terminou agradecendo.

Maria Manuel Oliveira referiu que o trabalho feito por esta CT era essencial, em particular agora para o Congresso, sendo importante para chegar a conclusões e colocar estes temas muito críticos aos arquitetos e à nossa ação. Referiu existirem temas em diversas escalas, sendo que duas a preocupavam particularmente: - a relação do urbano e do rural, tema muito importante e contemporâneo, em particular na Europa, sendo importante trazê-lo à discussão, o como lidar com esta divisão territorial; - a outra questão igualmente importante, pensando no Congresso, era a Arquitetura de Autor, mencionando que terá de se encontrar um lugar de compatibilização entre a ética e a estética. Estes e outros temas não eram simples e eram fraturantes, mas era necessário lidar com eles e encontrar consensos alargados, considerando tal ser possível. Agradeceu o trabalho da Comissão e desejou que o Congresso venha a ser intenso, interessante e discutido, e um importante ponto de referência para o reposicionamento dos arquitetos tanto a nível pessoal como coletivo, fase a este tema tão vasto e que preocupava a todos. Abriu a discussão aos membros da Assembleia, para colocarem as suas preocupações, dúvidas ou pedidos de esclarecimento, que entendessem.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Leonor Cintra Gomes interveio explicando que, pelas tarefas que executava, assistiu e acompanhou a evolução e as discussões sobre as questões ambientais e da sustentabilidade, lembrando que no início existia o triângulo básico da sustentabilidade, sendo as suas pontas: as pessoas, o ambiente e a economia. Não tinha dúvidas que os arquitetos se preocupavam com o ambiente e com as pessoas, mas não com a economia. Mas do lado das autarquias, promotores, etc., a ponta economia prevalecia sempre sobre as outras 2 pontas do triângulo, parecendo-lhe que os arquitetos deveriam ter mais em conta este fator.

Marta Falcão exclamou que considera que os Arquitetos “só combatiam os sintomas em vez de fazerem parte da cura”, salientando que era muito importante o seu papel ao nível da reabilitação, visto que em relação aos edifícios novos já se estava obrigado a cumprir todas as normas. Em relação aos antigos caberia ao arquiteto analisar e ter uma ação corretiva, caso fosse necessário demolir e ter essa coragem. Era o caso de caves ou sótãos, que em alguns casos não deviam nem podiam existir, cabendo ao arquiteto avaliar e ter medidas corretivas, bem como ao nível do planeamento urbano, onde tinham de ter uma a palavra ativa.

Ana Nascimento referiu que trabalhava na administração pública, na área dos transportes, e que gostaria de ver esta área a ser discutida, podendo ser um tema que pudesse vir a ser abordado de alguma maneira, ou se até já tinha sido abordado na CT, pois era um tema importante e que deveria ser desenvolvido.

Ivo Oliveira agradeceu a apresentação e destacou a perda demográfica no país e a forma como estávamos a consumir solo. Referiu que a lei dos solos, que acabou com o solo urbanizável mas, o arrastar da sua aplicação, dado a revisão dos PDM não se encontrar concluída, continuávamos a viver como se encontrava definido antes, sendo que agora, as circunstâncias eram outras, o que era altamente grave e lesivo.

Décio Ferreira comentou, que sendo mais pragmático, gostaria de saber como será o papel da Ordem e como iremos implementar alguns resultados desta Comissão na profissão de arquiteto e também no ensino. Questionou, existindo acordos por ex. de Paris com objetivos bastante claros, como poderemos fazer de modo a melhorar este problema da Sustentabilidade. Considerou que as questões financeiras eram importantes, mas questionou qual era a posição da Ordem e o que ia fazer para além da parte teórica.

Carla Lima Vieira informou que no site se encontravam os trabalhos produzidos por esta Comissão. Considerou que a CT S não tinha deixado de lado nenhum dos temas aqui levantados, como a mobilidade e a demografia. Ao nível do aprofundamento junto de colegas e das Universidades, estes temas têm sido e serão contemplados e informou que está programado fazer junto das escolas e universidades, um “warm-up” no âmbito da preparação do Congresso.

Ricardo Camacho agradeceu os comentários e referiu que a questão da economia era mesmo muito sensível e quase tabu. Um dos trabalhos que tinham feito era abordar economistas, assim como biólogos, que não temos conseguido trazer para a discussão nesta CT. A questão da sustentabilidade económica tinha vindo levantar as questões referidas nalgumas das intervenções, como a ética na construção, a política dos solos, etc. A sustentabilidade económica tinha imposto uma maior seriedade, assim como de ética e moral nos arquitetos, sendo a grande discussão. Era fundamental e importante para esta triangulação, o que LCG tinha referido. Por outro lado, a CT tinha também tentado tocar nas questões da demografia, dispersão, do litoral, dos transportes e na circularidade, na extração, etc., assim como, no planeamento do território e no impacto de um edifício ou comunidade; esclareceu que as solicitações por parte do Governo para pareceres etc., têm sido para os edifícios, porque este entende que os Arquitetos/Arquitetura estão centrados nos edifícios. Mas a CT S tem tentado entrar noutras áreas de modo a darem outro tipo de contributos, com contactos com a “Built CoLab”, a plataforma para a construção, a transição digital, ou a “Smart Waste Portugal”. Assim, através destas entidades e organismos tinham tentado reposicionar a Ordem em áreas onde os Arquitetos não costumavam ser convocados. Confessou que só no âmbito da Administração Pública e com os colegas da Administração Pública, não tinham tido a capacidade de entrar e de comunicar.

Carla Lima Vieira lembrou que tinha sido realizado o 2º. Encontro com os Arquitectos da Administração Pública.

Telmo Cruz mencionou que as reuniões da Comissão têm sido sempre muito discutidas e interessantes, e que levaram a conclusões e ideias inesperadas. Referiu ainda que a MMO e LCG tinham apontado exatamente os pontos essenciais desta situação. Sendo verdade que a economia, estava irregularmente distribuída nos setores da construção, por motivos muitas vezes alheios aos próprios, e encontrando-se a Arquitetura muito espartilhada entre especializações distintas que em nada ajudavam a profissão, era um problema financeiro, mas não tinha ideia como será revertido. Considerou ser necessário estar presente em todas as discussões sobre estes temas, assim como as próximas gerações, sendo importantíssimo este empenho de fazer este “warm-up” junto das escolas de arquitetura, incluindo as de arquitetura paisagista, e que daí novos pensamentos e contributos possam vir a surgir no futuro.

Sobre o que a MMO falou, considerou ser um assunto curioso e sobre o qual tinha particular interesse: a polarização ética/estética, pois o testemunho que têm tido era que esta polarização inibia o debate sobre o tema e acabava por posicionar os media e as terminologias etc., em campos opostos, não o sendo. Entende ser o mesmo campo, que será o futuro construído podendo a arquitetura a contribuir para esse futuro. Salientou que a Ordem já se estava a posicionar, com o curso “Da Linha ao Círculo”, onde o tema já se encontrava a ser debatido e de forma híbrida com diversas agentes de natureza muito distintas, com visões e pensamentos mais complexos. Terminando referiu que concordou assim com tudo o que foi dito no geral, sobre a necessidade de melhor planeamento, o que fazer com o solo e os recursos. Disse que eram todos assuntos muito vastos e aos quais a CT só pontualmente poderia propor ou dar contributos mais intensos.

Maria Manuel Oliveira tomou a palavra para esclarecer que a sua ideia era a de não estigmatizar, de que não devia existir a cisão entre a estética e a ética.

Telmo Cruz confirmou que assim o entendeu - detetar a polarização e fazer com que esta deixasse de existir.

Fátima Matos referiu que a sustentabilidade era “um grande palavrão”. Na sua opinião o maior inimigo da sustentabilidade era a falta o planeamento: este estava na base de tudo, explicando que “desde que se pegava num PDM”, já se estava a pensar na sua revisão e que ninguém pensava nos PDM ou na sua revisão, com a seriedade e com base na sustentabilidade. Deu o exemplo do que se passava em Sines, um concelho que se encontrava sobre uma enorme pressão, e que neste momento era tudo menos sustentável, por não ter havido um planeamento prévio. Referiu que já não eram os técnicos nem o executivo local que tinham capacidade de decidir e acautelar certo tipo de situações, pois as decisões vinham do Governo “que decidia tudo, determinava tudo, mas nada era planeado”. Referiu o que estava também a acontecer em Porto Côvo, pois estava na moda termos turismo, criando-se enorme especulação, sem se criarem paralelamente, infraestruturas, vias rodoviárias etc. Concluiu dizendo que os Arquitectos devem poder ter uma atitude mais ativa junto de quem decide.

João Fagulha expressou a sua opinião sobre o planeamento, ou a falta dele, e mencionou que como projetista e a trabalhar na Administração Autárquica, era confrontado por diversas vezes com decisões tomadas sem qualquer falta de pensamento e consideração sobre a Sustentabilidade. Mas quando lhe chegavam essas decisões e num ponto em que já não era possível voltar atrás, teria de haver muito trabalho, no processo de decisão e integração. Mencionou que seria importante a Ordem trabalhar a área da Administração Pública, relativamente ao referido sobre a nova lei dos solos, que já devia estar incluída nos PDM. Supunha que a Ordem poderia influenciar, de modo a que não fosse possível a iniciativa privada lotear como bem entendia, referindo que noutros países tal não existia, pois era o Estado quem decidia e organizava de acordo com o que estava previamente decidido e previsto. A terminar salientou que seria uma oportunidade, no seguimento do Congresso, que esta CT S produzisse um ou mais documentos ou guias orientadores, de modo a ajudar os membros a trabalhar neste desígnio comum, que era o tema da Sustentabilidade.

Carla Lima Vieira esclareceu que o tema da decisão era uma questão muito sensível e mesmo este voltar ao 2.º Encontro dos Arquitectos na Administração Pública, depois de 19 anos, era porque tinha ficado um enorme vazio. Este assunto preocupava muito o CDN e por isso estava prevista a criação e uma CT sobre a Administração Pública, visto que existia um trabalho muito específico a fazer, sendo que posteriormente poderia trabalhar com as outras CT de modo a chegarem a conclusões e reflexões conjuntas.

Telmo Cruz acrescentou, como nota final, sobre a relevância de todas as CT e serem essenciais em todas as organizações, pois muitos destes assuntos aqui referidos eram fruto de uma ausência de capacidade técnica dos decisores e das instituições, e estes deviam capacitar-se de meios técnicos para poderem propor e decidir devidamente. Considerou assim que as CT eram a expressão disso e têm feito trabalhos notáveis.

Ricardo Camacho concluindo, referiu que, na sua opinião, em relação às questões levantadas por Fátima Matos, que ele pessoalmente, como indivíduo e fora destas comissões, fazia parte de outras participações cívicas e outras discussões e que igualmente já tinha sido convocado, por organizações ambientais, para dar o seu contributo de forma voluntária. Individualmente, poderia contribuir melhor, pois numa ordem profissional era mais difícil ter a agilidade ou até as competências para intervir.

Maria Manuel Oliveira verificando não haver mais pedidos de intervenção, agradeceu a apresentação e esclarecimentos e saudou o trabalho feito, mencionando que se encontrava reconhecido por todos o importante trabalho desta e de outras CT. Considerou que de facto trabalhávamos na política, no sentido alargado, e que a participação individual era essencial, mas lamentando que tanto a nível individual como a nível coletivo tínhamos um grande afastamento da vida pública, e que tal deveria ser contrariado, de modo a conseguir-se entrar e alargar o nosso âmbito de ação e de intervenção e se consiga a atingir um nível de participação mínimo. Seguidamente passou-se ao ponto seguinte.

Ponto 6. Participação da AdD no 16.º Congresso dos Arquitectos

Maria Manuel Oliveira introduziu o tema da participação da AdD no Congresso e informou que fazia parte da comissão organizadora por inerência/convite, expressando que independentemente da participação individual de cada membro, a AdD como coletivo poderia participar no Congresso. Assim questionava se os delegados tinham vontade de participar, enumerando as diversas possibilidades de participação (recomendações, comunicações e moções). Informou que a Mesa da AdD tinha ponderado e considerado que seria interessante a participação da AdD, através de uma recomendação, talvez não no tema do Congresso, mas sobre o funcionamento da Assembleia, enquanto órgão, visando que esta Assembleia pudesse vir a ter um papel mais ativo, mais eficaz e que contribuísse de maneira mais significativa na execução do papel da Ordem. Referiu que em diversas situações encontraram-se num papel reativo e não ativo. Assim considerava interessante recomendar uma forma mais eficaz no funcionamento das futuras AdD. Colocou esta ideia à consideração dos membros da AdD, perguntou que outras formas e temas justificariam uma intervenção desta Assembleia no Congresso e abriu o debate aos Delegados.

Leonor Cintra Gomes comentou que tinha ponderado sobre a possibilidade da AdD ter mais intervenção e de que forma o poderia fazer, nomeadamente falando mais e melhor para o exterior. Parecia-lhe útil fazer o balanço deste 1.º mandato depois da regionalização da AO, indicando o que foi feito, o que gostaria de ter feito, o que não foi ainda possível. Mencionou que tendo em conta que já não existem as Assembleias Gerais, deveria ser possível a AdD trazer temas importantes e relevantes para discussões abertas à classe. Concluiu sugerindo que a recomendação ao Congresso fosse feita nesses termos, transmitindo o balanço deste mandato da AdD e o que poderia ser útil a próximas AdD.

Carlos Antunes questionou se a AdD quer fazer uma proposta no sentido de uma revisão estatutária ou só em relação a este Congresso fazer uma proposta alinhada com o que tem sido aqui discutido?

Maria Manuel Oliveira esclareceu que a ideia era que a AdD tivesse um papel mais ativo e crítico, e se calhar tinha de ser mudado algumas coisas, mas não estatutariamente, mas sim de condições reais, de modo a conseguir fazer mais e melhor no futuro.

Carlos Antunes expressou que podemos fazer uma proposta objetiva e concreta respaldada no que o Estatuto permitir, e outra seria uma proposta sobre o tema do Congresso.

Maria Manuel Oliveira referiu que agora o Congresso era o sítio onde se pode discutir tudo, não havendo outra instância. Assim, além do tema propriamente dito “Qualidade e Sustentabilidade: Construir o (nosso) futuro”, poderemos discutir outros assuntos paralelos e de carácter administrativo e profissional. Esta recomendação poderia fazer sentido sem alterar o que lhe está atribuído. Outra forma poderia ser realmente sobre o tema do Congresso, o que lhe parecia mais difícil, tendo em conta as características desta da AdD.

Carla Lima Vieira mencionou que o que a Presidente referiu se encontra alinhado com o que a Comissão organizadora pensou para o Congresso, e que para além do tema principal, sendo um Congresso dos arquitetos e da ordem profissional esta dimensão profissional também era importante. Informou que iria haver uma sessão sobre a “prática profissional, a instituição e o bem comum” e para a qual já tinham pensado solicitar à AdD que apresentasse uma recomendação. Iam também solicitar aos Colégios e às Comissões Técnicas recomendações sobre diversos temas relacionados com a sua atividade.

Lia Ferreira solicitou a palavra para referir que a Presidente tinha manifestado que era difícil esta assembleia ter condições de apresentar um comunicado comum consensual. Mas ela nunca tinha ouvido qualquer intervenção na AdD que colocasse este assunto em causa e quais eram as suas divergências, sendo que este tema era comum a todos os membros desta assembleia, fazendo, assim, todo o sentido que a AdD apresentasse uma recomendação sobre o tema da Sustentabilidade.

Adriana Floret mencionou que considera muito interessante o tema da Certificação Ambiental em Edifícios, e que este tema poderia fazer parte de uma recomendação, sendo de grande interesse, porque para além dos edifícios, abarcava um leque muito grande de temas como a localização dos edifícios, os transportes, a economia, a construção e sustentabilidade de estrutura e manutenção dos edifícios. Mais referiu que tínhamos em Portugal o sistema de certificação ambiental LíderA, no qual era assessora, e que tinha vindo a verificar que já estava a ser pedido para concursos públicos de habitação a custos controlados, que apresentassem a certificação do edifício em concreto, sendo mesmo a parte pública que solicitava essa certificação. Assim gostaria de apresentar uma recomendação, sobre este tema, que poderia ser no âmbito pessoal ou no contexto da Assembleia, se esta assim vier a entender.

Maria Manuel Oliveira constatou que tal deveria ser ponderado, salientando que cada apresentação individual responsabiliza somente o indivíduo. Esclareceu que muitas vezes tínhamos posições individuais que em grupo eram mais difíceis de compatibilizar, ou seja em relação às condições genéricas estávamos todos de acordo, mas quando se trata de um discurso mais crítico, começávamos a ter dificuldades e formas diferentes de chegar a acordo, por isso considerou que se devia ponderar. Quanto mais longe se conseguir ir em conjunto e com uma posição comum melhor, mas se a posição comum começar a ser demasiado generalizada ou inviabilizasse as convicções individuais, nestas situações a Assembleia não podia coibir que cada indivíduo apresentasse o que considerasse individualmente, nem reduzir opiniões individuais em detrimento de uma posição comum.

Leonor Cintra Gomes considerou que seria importante designar alguém que coordenasse a participação da AdD no Congresso.

Adriana Floret expressou-se no sentido de que não se importava de fazer essa coordenação.

Carlos Antunes tomou a palavra para referir uma situação que o preocupava, que era a nossa total incapacidade de influenciar os decisores políticos, admitindo que teremos que investir em estratégias em que os Arquitectos pudessem influenciar mais os decisores políticos. Referiu que este assunto era essencial, e que as Comissões talvez

pudessem influenciar os decisores e também com um contacto mais próximo com os colegas da Administração Pública. Saliu que não sabia como se poderá fazer tal caminho, mas seria muito importante e uma questão central, a de ter capacidade para chegar aos decisores políticos.

Maria Manuel Oliveira verificando não haver mais intervenções, considerou que a AdD poderia intervir, nomeadamente elaborando uma recomendação sobre o seu exercício durante este mandato, a coordenar pela Mesa, tendo Adriana Floret e Ana Nascimento ficado de realizar uma comunicação sobre as questões relacionadas com os sistemas de certificação ambiental de edifícios.

Ponto 7. Outros Assuntos

A Presidente da mesa passou ao último ponto, sobre a apresentação dos resultados preliminares do Inquérito à Profissão – GT Observatório, referindo que se encontravam presentes os arquitetos Rui Serrano presencialmente e Ana Maio por via telemática, responsáveis do CDN e Coordenador e Relatora, respetivamente, do Grupo de Trabalho Observatório da Profissão, para além de João Fagulha, representante da AdD no GT. Referiu que estes se tinham disponibilizado para comunicar os primeiros números e conclusões do estado da profissão. Solicitou a Rui Serrano, que desse algumas informações sobre atividades recentes do CDN, designadamente o Encontro dos Arquitetos na Administração Pública e a Uniformização de Procedimentos Administrativos.

Rui Serrano agradeceu o convite à Presidente e à Mesa da AdD e em particular aos Delegados presentes, salientando que o trabalho que fazem na Assembleia era fundamental, sendo representativo de todo o território e essencial para o debate das questões que vão surgindo. Deu início à apresentação partilhando um Powerpoint (anexo a esta ata) dando nota de algumas áreas que estão a desenvolver, descrevendo as mais recentes iniciativas do CDN, nomeadamente:

- o 2.º Encontro Nacional dos Arquitetos na Administração Pública, informando ser intenção do CDN no próximo ano avançar com a criação de uma CT da Administração Pública, sendo essencial que esta fosse transversal da administração local, regional e de âmbito nacional, com diversos intervenientes de várias áreas temáticas, do planeamento, licenciamento, transição digital, e incluísse os Arquitetos que se encontravam na política ativa. O Encontro tinha sido muito proveitoso em breve seriam comunicadas as conclusões.

- Relativamente à PNAP - Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, informou que há poucos dias tinha havido um encontro - a conferência anual, que tinha contado com a presença do Ministério do Ambiente. Saliu que deste debate, sairá uma recomendação da Comissão de acompanhamento da PNAP, constituída pela Ordem, a Associação dos Paisagistas, a Direção Geral do Território e Direção Geral do Património Cultural. Mencionou ainda que das 17 políticas europeias nesta área, esta tinha uma particularidade pois era a única que cruzava a arquitetura e a paisagem, o que era uma mais valia. Em janeiro, essa recomendação irá ser entregue ao Ministro da Cultura, para este apresentar na Conferência de Davos em 2023.

- Deu igualmente nota de que estavam praticamente a conseguir uma candidatura no âmbito do fundo ambiental que tinha a ver com a educação e sustentabilidade, onde iam ser formados professores do ensino secundário, para estes passarem a mensagem aos seus alunos, referindo serem 80 mil euros para dois anos e que era uma iniciativa apoiada pelo Ministro do Ambiente.

- Referiu ainda sobre algo que tem sido muito falado pelo nosso Presidente desde do início do mandato, que era perceber como em Espanha estavam a gerir a questão do território relacionado com a Lei da arquitetura em torno do Construído, lei que existia desde junho de 2022, para se conseguir encontrar um caminho e dar resposta à lei quadro e relacionada com o PRR, etc.

- Sobre a Uniformização de Procedimentos Administrativos, fez um breve resumo desde a criação de um GT para este fim e sobre o trabalho efetuado com base num Powerpoint (em anexo). Referiu ser um *GT constituído por*

membros dos órgãos de todas as SR para fazerem um levantamento e identificação dos constrangimentos, tendências e possível diagnóstico da situação atual de modo a criar uma plataforma única na uniformização da entrega dos projetos, encontrando-se agora as SR junto das Câmaras a fazer o levantamento e a trabalharem em possíveis soluções para os problemas existentes através da transição digital etc. Referiu ainda a assinatura do “Memorando de Entendimento para a Simplificação e Uniformização dos Procedimentos de Instrução e Submissão de Processos Administrativos no âmbito de Operações Urbanísticas”, no passado dia 13 no LNEC, com 10 entidades (OA, OE, OET, APPC, AICCOP, CEP, AECOPS, AICCOP, APPII e ainda o IMPIC), representativas de diversos sectores alinhadas em torno deste assunto. Informou que, no dia da assinatura estiveram presentes a Secretária de Estado da Habitação e o Sr. Presidente da República, e este último proferiu as seguintes palavras “...o que conseguiram hoje aqui, é algo inédito, conseguir alinhar uma estratégia em torno de todo este tema e que lá fora, Alemanha, Itália, Espanha, seria olhado com muita atenção e podem contar com o meu contributo para o que for preciso”.

Com esta “task-force” irão junto da ANMP e do Governo reforçar a atuação e apresentar uma proposta de ação concreta em termos de uma uniformização dos procedimentos administrativos e de uma plataforma única de submissão destes processos administrativos.

- Sobre o Observatório da Profissão, comunicou que estavam sempre a receber resultados e já tinham alguns números compilados que iriam hoje apresentar. Fez uma introdução apoiado no Powerpoint (anexo a esta ata) explicando a importância do Inquérito e a necessidade de ter esta informação, para saber para onde estávamos a caminhar. Sendo a Ordem uma organização recente necessitava muito destas informações. Salientou que os inquéritos eram anónimos e a análise destes dados irá contribuir para dignificar o trabalho dos Arquitetos e para o desenvolvimento e qualificação do território e do património arquitetónico. Desejou que o Observatório não fosse uma coisa só deste mandato que pudesse continuar, dando ainda diversas informações sobre os passos seguintes, nomeadamente o próximo inquérito dirigido aos não inscritos, estagiários, docentes etc., as diversas reuniões agendadas com as universidades, com o Instituto Nacional de Estatística, etc. Considerou que para terem dados atualizados estes inquéritos deveriam repetir-se 2 ou 3 vezes por ano. Informou que 7649 colegas responderam ao inquérito, o que considerou muito bom, seguidamente passou a palavra a Ana Maio, para apresentar os números propriamente ditos nas diversas vertentes do inquérito dando algumas explicações e a abordagem destes dados preliminares.

Ana Maio informou, através de quadros e gráficos, dos números apurados nomeadamente as idades, anos de experiência profissional, tempo dedicado ao trabalho de arquitetura, forma de exercício de profissão, se trabalham individualmente, para outem ou para autarquias, qual a percentagem dos processos de licenciamento, valor médio Obra neste últimos 5 anos, os rendimentos obtidos, etc., etc.

Rui Serrano retomou a palavra referindo que estes dados são preliminares, e os passos seguintes eram as parcerias com outras instituições relevantes para o prosseguimento do Observatório e a apresentação e divulgação pública destes dados no Congresso. Terminou agradecendo.

Maria Manuel Oliveira agradeceu a apresentação e a disponibilidade de trazerem esta informação, que ainda em fase preliminar já dava alguns indícios importantes sobre a situação da profissão, considerando que este trabalho deveria ser perene e alimentado, não terminando neste mandato. Passou a palavra à Assembleia

Carlos Antunes mostrou-se muito animado com o que ouviu, pela forma e rigor como o Inquérito foi realizado, dando os parabéns por todo este processo.

Maria Manuel Oliveira concordou que tinha sido um trabalho de fundo e muito intenso, e referiu que não estava somente a considerar o Observatório, mas todos os temas referidos anteriores, e o modo como estavam a ser desenvolvidos.

Manuel Rosa questionou se na otimização de plataforma digital para a entrega dos processos era só para isso ou se também teria outros âmbitos, explicando que a nossa legislação é imensamente complicada e que os PDM são

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



igualmente ambíguos, havendo, diversas respostas, constando que isso acontecia inúmeras vezes e às vezes na mesma Câmara com técnicos diferentes. Gostaria de saber se também falaram da otimização da legislação.

Rui Serrano explicou que, no âmbito da tal convenção da Construção e onde foi assinado o Memorando, teve o mérito, de juntar várias entidades foi uma organização da OA com a OE, a Confederação Industrial da Construção e a CIP, com o apoio do LNEC. E referiu que foi dito pelo Eng. Valente Oliveira, “o quanto era o importante aquele momento e onde se iram conseguir reunir estas entidades e trabalhar num objetivo comum”, e que em todas, ou quase todas as intervenções, das restantes entidades, foram referidas estas questões dos PDM’s e o entendimento que cada técnico tem sobre o mesmo assunto/questão, salientou assim que encontram este primeiro caminho de criar esta plataforma de modo conseguir um entendimento para esta uniformização, mas também está considerado vir a trabalhar outros temas tal como o RGEU, que já vem dos anos 50, assumiu que é um caminho complicado, que terá de ser feito e dependerá de diversas circunstâncias.

Leonor Cintra Gomes questionou se iriam fazer uma análise de tendência, comparando os atuais dados, com dados já anteriormente existentes. Sobre a percentagem de Arquitetos na Administração Pública lembrou que no 2º Encontro dos Arquitetos na Administração Pública o CDN tinha referido serem 20% e hoje nos gráficos apresentados indicavam só 15%, pelo que questionava esta discrepância.

Rui Serrano informou que não sabia, pois, os resultados do inquérito eram de cerca de 19,8% no questionário e agora apareciam somente os 15%. Eram os dados enviados pelo SECOP e informou que iria questionar este organismo. Informou também que iam ser cruzados e analisados todos dados anteriores e era igualmente importante comparar com os dados dos Censos a serem fornecidos pelo INE. Salientou que o Presidente do INE, tinha dito que era a primeira vez que aparecia uma ordem profissional, para ser parceiro deles e tinham ficado muito interessados.

Ivo Oliveira questionou como iam analisar os dados presentes e os dados anteriores, se a ideia era de contratar uma entidade para tratar e trabalhar esta informação, e que recursos estavam a disponibilizar para o tratamento de toda a informação que existe e virá de fora. Referiu que os municípios também têm informação importante sobre esta matéria.

Rui Serrano lembrou que, a partir do próximo ano, ia haver a declaração única por projeto, que será gratuita, e irá fornecer-nos imensa informação sobre estes temas. Esclareceu confirmando que será contratada uma empresa externa para o tratamento estatístico de todos os dados.

Carlos Antunes propôs lançar o repto para que cada um dos presentes fizesse chegar a dois ou três colegas, que conhecessem e que não tivessem respondido ao inquérito, a informação do quanto eram importantes as respostas deles. Considerou que um terço dos membros terem respondido era razoável, mas seria importante terem muitas mais respostas.

Rui Serrano salientou que os dados obtidos foram bastantes e até o SECOP tinha ficado surpreendido pela quantidade de respostas. Comparando com outros inquéritos feitos pela OA, este tinha sido bastante participado, confirmando que tinham sido feitos muitos telefonemas, emails e contactos, feitos pelas SR, etc., para que a classe respondesse. Confessou que a grande dificuldade era agora com o inquérito aos não membros e iriam reunir com as universidades, pois estas eram muito importantes neste processo.

João Fagulha exprimiu a sua opinião no sentido de que era igualmente muito importante incluir neste trabalho e no GT, gente da casa. Deveria integrar funcionários da Ordem. De outro modo, se for feito e constituído só por membros eleitos, o trabalho poderá vir a perder-se, devendo ser uma estrutura consolidada e forte. Igualmente mencionou que o tema Encomenda deveria ser um tema importante a desenvolver e quis saber se a Ordem se encontrava a monitorizar as alterações que existiram no CCP.

Carla Lima Vieira esclareceu que se encontrava previsto no Plano de Atividades fazer o Observatório dessa medida.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



João Fagulha referiu que isto deveria ser alargado a todo o território e que uma estatística que não constava, a Encomenda sabendo que era tão negativo o grau de satisfação apesar de ter sido um tema que teve uma grande aposta neste mandato e mesmo assim era negativo. Resumiu ter constatado existirem muitos dados e informação por analisar.

Não havendo mais intervenções a **Presidente** terminou e agradeceu aos convidados todas as informações e esclarecimentos prestados e sublinhou que agora aguardavam pelo Congresso, para terem conhecimento dos números mais concretizados e das discussões e conclusões daí saídas.

Agradeceu igualmente a presença do apoio jurídico do Dr. Bernardo Pinheiro, ao apoio técnico/informático do Hugo Rocha e do secretariado administrativo.

Os convidados saíram e assim, e não havendo mais assuntos a tratar, foi lida por **Leonor Cintra Gomes** a Ata Resumida. Tendo sido colocada à votação, a Ata foi **aprovada por unanimidade**, pelos 19 delegados presentes, e subscrita pela Presidente da Mesa.

A Presidente terminando, informou que com brevidade se iria realizar uma nova reunião, de carácter extraordinário, para a discussão e votação do Plano Geral de Atividades e Orçamento para 2023. E agradeceu mais uma vez a presença e participação de todos, desejando os melhores votos de Boas Festas.

A sessão foi encerrada às 13 horas e 45 minutos, e dela foi lavrada a presente Ata que depois de aprovada em Assembleia próxima, será assinada pelas Presidente e Vice-Presidente da Mesa.

Maria Manuel Oliveira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Leonor Cintra Gomes,
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Anexos:

- Ponto 3. Declaração de voto LF (ata 12)
- Ponto 4. Proposta de Clarificação ao Regimento da AdD
Declaração de voto LF+DF
- Ponto 5. Powerpoint CTS